

# ESTADO DA ARTE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR ADORNO NO PERÍODO DE 2014 A 2020.

Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro<sup>1</sup>

Allan da Rocha Damasceno<sup>2</sup>

Joana da Rocha Moreira<sup>3</sup>

Maria Aparecida Mendes<sup>4</sup>

Rosângela Cabral<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente trabalho pretende apontar o que a pesquisa tem apresentado acerca das Políticas Públicas para a inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Fundamental à luz da Teoria Crítica e de seu principal pensador Theodor Adorno. A metodologia escolhida foi a Revisão Bibliográfica uma pesquisa do tipo Estado da Arte que possibilita verificar o que já foi e o que vem sendo escrito acerca do tema escolhido. Foi verificado que são inúmeras as pesquisas acerca da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular e as pesquisas demonstram que são muitos os problemas vivenciados no cotidiano escolar, apontam ainda que o caminho a ser trilhado necessita de investimentos humanos e financeiros para o processo inclusivo ser eficaz para os alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Pessoas com Deficiências, Educação Inclusiva, Teoria Crítica.

## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva das pessoas com deficiência é um assunto relativamente novo na história da humanidade e, por conseguinte nas pesquisas acadêmicas. As Políticas Públicas só nas últimas décadas começaram a tratar a questão da Inclusão desses estudantes no Ensino Regular como um fator importante, como um direito a ser garantido. A partir dessas constatações realizamos uma pesquisa visando conhecer o que vem sendo pesquisado sobre essas questões.

A metodologia escolhida foi a Revisão Bibliográfica uma pesquisa do tipo Estado da Arte que possibilita verificar o que já foi e o que vem sendo escrito acerca do tema

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil. [Celiaregina5@ig.com.br](mailto:Celiaregina5@ig.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela UFF. Niterói, RJ, Brasil. [lepedi@gmail.com](mailto:lepedi@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil. [joanadarochamoreira@gmail.com](mailto:joanadarochamoreira@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências Sociais pela UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil. [ricocida@gmail.com](mailto:ricocida@gmail.com)

<sup>5</sup> Mestre em Educação pela UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil. [rosangellacabrall@gmail.com](mailto:rosangellacabrall@gmail.com)

escolhido, no caso Política Públicas Inclusivas para pessoas com Deficiências na Escola Regular sob a perspectiva da Teoria Crítica de Theodor Adorno. As pesquisas do tipo Estado da Arte são importantes pois assim elimina-se em parte o perigo de escrevermos algo que já foi escrito e embasa o pesquisador sobre o que vem sendo escrito sobre o tema, nas palavras de Ferreira:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (FERREIRA, 2002, p. 259)

Foi verificado que são inúmeras as pesquisas acerca da inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular e que a estratégia mais comumente utilizada para auxiliar o processo de inclusão é o Atendimento Educacional Especializado.

A partir da leitura dos documentos encontrados foram divididas as principais categorias que aparecem nos documentos: Legislação Atual, Formação Docente, Integração e Inclusão, Histórico da Legislação da Educação Especial, a necessidade do Laudo Médico, Atendimento Educacional Especializado, Classes Especiais, Teoria Crítica.

As pesquisas analisadas apontam ainda para o fato dos docentes não se sentirem preparados para atuar com essa clientela da Educação Especial no Ensino Regular e muitos são os questionamentos sobre a formação do docente para essa atuação.

O documento mais citado em todas as pesquisas e considerado o mais importante e mais avançado em relação à questão da inclusão é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no entanto no período de finalização do presente artigo chegam notícias através da mídia e de estudiosos na área de Educação Inclusiva que esse documento virá a ser modificado num futuro breve retirando-se do documento o termo “Perspectiva da Educação Inclusiva” embora todos os artigos consultados por serem anteriores a essa questão (retirada do termo e conseqüente modificação do documento) não o analisem é uma questão para todas as pessoas ficarem atentas pois representa um retrocesso num processo, que embora difícil e prejudicado pela falta de investimentos do setor público, é necessário para todos nós como seres humanos pois a inclusão é mais do que pessoas com deficiência estudando no Ensino Fundamental

na Escola Regular, ela tem em seu princípio fundamental nossa evolução como seres humanos, crescendo juntos, aprendendo juntos, respeitando as diversidades e não limitando espaços pedagógicos sob o pretexto de ter um lugar aonde quem tem alguma deficiência poderá aprender melhor.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo é uma pesquisa do tipo Estado da Arte que tem a seguinte definição:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminário. (FERREIRA, 2002, p.2)

O estado da arte possibilita verificar o que já foi e o que vem sendo escrito acerca do tema escolhido no caso Política Públicas Inclusivas para pessoas com Deficiências na Escola Regular.

Como metodologia de trabalho foi utilizada a revisão sistemática sugerida pela Professora Fatima L. S. Nunes<sup>6</sup>.

Foi criado um protocolo para exclusão e inclusão de artigos

Foi escolhida essa metodologia porque ela é rigorosa e confiável, como todos os passos são escritos e descritos a presente pesquisa é passível de ser reproduzida e auditada e se necessário continuada.

A primeira pesquisa formal foi iniciada no dia 4 de maio de 2020. Foi utilizado o Google Acadêmico como ferramenta de pesquisa. O Google Acadêmico foi escolhido após algumas tentativas aleatórias em outros sites de pesquisa como o da CAPES e o SCIELO. O Google acadêmico foi escolhido pela amplitude de alcance e facilidade de interação, pesquisa dos dados e acessibilidade dos resultados.

---

<sup>6</sup> Professora titular da Universidade de São Paulo. Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo e Doutora em Ciências (Física Computacional) pela Universidade de São Paulo. Livre-docente pela Universidade de São Paulo na área de Processamento Gráfico. Suas pesquisas são predominantemente na área de Computação, com ênfase em Realidade Virtual, Processamento de Imagens, Recuperação de dados multimídia por conteúdo. Vários de seus trabalhos são aplicados na área de saúde, estabelecendo interfaces com a área de Engenharia Biomédica.

As palavras chaves utilizadas inicialmente foram: Políticas Públicas, Deficiência e Educação Inclusiva.

Foi necessário aumentar o número de palavras chaves pois a quantidade de artigos, livros e textos apresentados era acima de 900.000

Foi acrescentado o termo Theodor Adorno tendo em vista que a dissertação de conclusão do curso terá como base teórica a Teoria Crítica de Theodor Adorno.

Acrescentou-se a exclusão de páginas que não fossem em português o que diminuiu para 882 o número de resultados.

Tendo em vista que o número de artigos ainda era além do possível de ser analisado num período de dois meses que a pesquisadora estipulou como meta para a confecção do artigo foi acrescentado o termo “Escola Regular” e escolhido o período compreendido entre maio de 2014 e maio de 2020 o que refinou o resultado para 297 resultados. O ano de 2014 foi escolhido porque foi o ano em foi instituído o PNE através da Lei nº 13.005/2014. Essa lei é a última lei citada no documento do MEC “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, portanto a pesquisa foi estipulada a partir desse ano.

Ancorada nas deliberações da Conferência Nacional de Educação – CONAE/ 2010, a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento as necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades. Com base neste pressuposto, a meta 4 e respectivas estratégias objetivam universalizar, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado. O AEE é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo. (BRASIL, 2008, P. 6)

Após refinado os resultados os temas foram tabulados, foram lidos os títulos dos 297 resultados apontados e marcados como incluídos ou excluídos de acordo com o protocolo criado para exclusão ou inclusão dos artigos.

Após ser feita a verificação para exclusão ou inclusão dos artigos 69 artigos foram marcados como incluídos.

Foi definido que os resumos dos 69 artigos seriam lidos e a partir das informações obtidas nesses resumos, 30 trabalhos seriam lidos na íntegra.

Em treze de maio de 2020 foi finalizada a leitura dos resumos.

Após a leitura dos resumos iniciou-se a leitura dos textos completos selecionados durante a leitura dos Resumos. Os textos completos foram escolhidos baseando-se nos seguintes critérios:

- Texto completo passível de ser acessado
- Maior aproximação do tema escolhido

Durante a leitura dos Resumos foram sendo criadas as categorias que serão explicitadas na Discussão, essas categorias surgiram a partir dos assuntos mais abordados nos textos e nos estudos primários feitos durante o período de confecção do Pré-projeto para levantar os dados que referendassem o estudo inicial. Na fase presente o projeto aonde a pesquisadora está preparando a qualificação da pesquisa foram feitos os presentes estudos secundários para identificar, avaliar e interpretar todos os estudos relevantes e atuais sobre o tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Legislação atual**

Ao ler os resumos e textos algumas categorias sobressaltaram-se nos textos, A primeira categoria seria a Legislação atual. Nessa categoria o documento mais citado é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Esse documento aponta que o caminho para a Educação Especial é atualmente com a matrícula de todos os estudantes com deficiência **preferencialmente** no Ensino Regular e não mais em classes especiais ou instituições especiais como era até recentemente, no entanto a palavra preferencialmente e não exclusivamente abre brechas para que ainda existam na escolas classes especiais e instituições de ensino para pessoas com deficiência como é o caso do Instituto Benjamin Constant e o INES que atendem respectivamente alunos cegos e alunos surdos. Ainda sobre a Política Nacional de 2008 embora seja citada pela maioria dos autores como um documento importante com o avanço importante de apontar a inclusão como o melhor caminho MAIA e LIMA, 2015 apontam algumas contradições no texto, o uso da palavra atendimento (que é oriundo da área da saúde e não da área da Educação ), a citação das Legislações anteriores sem fazer uma

ponte dessas legislações com os momentos históricos culturais nas quais estão inseridas, o texto apresenta poucas informações quanto ao fazer pedagógico no ambiente escolar tornando grande a distância entre o documento e a prática escolar.

Essa questão da legislação abrir brechas para as classes especiais e os Institutos vem dividindo os autores e a comunidade escolar, uns acreditam que ainda é muito necessária a existência de classes especiais pois essas fazem uma ponte para o ensino regular inclusivo, defendem também que os Institutos tem uma especialização que não há como existir num Escola de Ensino Regular, outros autores acreditam que não, que a inclusão deve ser total e imediata no ensino Regular ou de outro modo continuamos a excluir esses alunos .

### **Formação Docente**

Outra categoria apresentada em todos os textos lidos aborda a Formação Docente, esses textos apontam também para a necessidade real e imediata de promover a formação dos docentes para a Educação Inclusiva. Quando consultados os docentes sempre manifestam sua insegurança quanto a sua formação para lidar com os estudantes com deficiência incluídos no Ensino regular. Essa insegurança baseia-se no mito que os docentes têm de que existam métodos e técnicas muito diferenciados para ensinar a clientela da educação especial no entanto mais importante que métodos e técnicas são os professores atentarem para os princípios fundamentais da educação inclusiva:

É necessário reconhecer os princípios educacionais inclusivos, os quais se pautam na colaboração e cooperação, na autonomia intelectual e social, na aprendizagem ativa, no senso de pertencer, no padrão de excelência, em novos papéis e responsabilidades, entre outros. Inclusão de alunos com necessidades. Dessa maneira, a formação vai além dos aspectos instrumentais, pois há o exercício constante de reflexão, do questionamento da própria prática em busca de caminhos pedagógicos para a inclusão (MENEZES e GONZÁLES, 2017, p. 47-48)

### **Integração e Inclusão**

Outra categoria descrita nos textos seriam os conceitos de Integração e Inclusão. Entendendo-se como Integração quando o aluno com deficiência precisa se adaptar a

Escola que já existe e Inclusão quando a Escola se modifica para que todos aprendam juntos.

**Integração** – O aluno é capacitado para se integrar à Escola. Uma explicação interessante e clarificadora de como ocorre esse processo é utilizando a Metáfora da cascata de Mantoan:

O processo de integração traduz-se por uma estrutura intitulada —sistema de cascata, que deve favorecer o ambiente o menos restritivo possível, oportunizando ao aluno, em todas as etapas da integração, transitar no —sistemal de classe regular ao ensino especial. Trata-se de uma concepção de integração parcial, porque a cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos da normalização. (MANTOAN, 2003, P. 114)

A Professora Maria Tereza Eglér Mantoan volta a metáfora da cascata diversas vezes em seus artigos esmiuçando e explicando como ocorre essa analogia com a Integração Escolar.

Resumindo, a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. (MANTOAN, 2004, P. 1)

**Inclusão** – tudo muda, todos mudam, a escola precisa mudar para que TODOS cresçam juntos, todos ganham. Também citando Mantoan podemos utilizar a Metáfora do caleidoscópio para entender esse processo que é muito mais humano:

A metáfora da inclusão é a do caleidoscópio. Esta imagem foi muito bem descrita no que segue: "O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado" (MANTOAN, 2013, p. 2)

DAMASCENO (2011) aponta que o primeiro dispositivo legal a usar a terminologia Educação Inclusiva foi a Resolução CNE/CEB de 2002 que instituiu as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica.

A Declaração de Salamanca aponta que a Inclusão Educacional é o caminho mais assertivo e eficaz contra a discriminação das pessoas com deficiência.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2008, p.10).

No entanto deixamos aqui o registro que para a Inclusão realmente ocorrer é necessário vários fatores, TODOS precisam ser envolvidos, conscientizados da importância desse processo, do contrário acontece algo que infelizmente ainda é muito comum: o aluno com deficiência entra na escola aonde é matriculado por força da legislação e não usufrui de seus direitos à plena escolarização, é deixado num canto ou apenas o professor regente é cobrado em atender as suas necessidades que muitas vezes são superiores a dos outros alunos seja nas questões intelectuais (aprendizagem, linguagem, comunicação) seja nas questões físicas (troca de fraldas, locomoção, etc.).

Além da conscientização é extremamente necessário um investimento financeiro por parte dos governos de forma estável, contínua e grandiosa pois são muitos os recursos físicos<sup>7</sup> e profissionais necessários na Inclusão ou mesmo na Integração das pessoas com deficiência, tais como: “instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.” (BRASIL, 2008, P. 13)

## **Histórico da Legislação da Educação Especial**

Uma categoria importante para a contextualização histórico-crítica que surgiu durante a leitura dos resumos e dos textos completos foi o Histórico da Legislação da Educação Especial e percebido que algumas leis, decretos e convenções eram citados com frequência.. A Política Nacional foi citada em todos os documentos. Outros documentos (decretos, leis, convenções) que se encontram entre os mais citados foram:

Lei no 5692 – LDB, Constituição Federal, Lei no. 7583, Lei no. 8069, Política Nacional de Educação Especial. Lei no. 9.394, Decreto Nº 3.298, Lei no 10.172, Resolução CNE/CEB no. 2, Resolução CNE/CP no. 1/2002, Lei no 10436/02, Decreto no. 5.626, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Decreto no. 6.094, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto Nº 6.571 Resolução Nº 4 CNE/CEB, Plano Nacional de Educação (PNE), Declaração Mundial de

---

<sup>7</sup> Exemplo de recursos: lápis especiais para pessoas com baixa visão, mesas especiais para cadeirantes, computadores adaptados, impressora para braile.



Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Convenção de Guatemala, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quanto ao referencial teórico os autores mais citados, além de Theodor Adorno (inerente à “string” da palavra-chave “teoria crítica”) foram: Rosana Glat, Márcia Plesthch, Maria Teresa Mantoan e Romeu Sasaki.

Como justificativa para adotar como referencial teórico a Teoria Crítica de Theodor Adorno podemos citar:

Foi adotada a teoria crítica como suporte teórico-metodológico, com ênfase no pensamento de Adorno quanto aos aspectos democráticos da educação, considerando a escola como lugar de reflexão e crítica às ações de dominação cultural, visando não permitir sua reprodução. (Prado,2015, p.1)

Um termo que pouco apareceu nos trabalhos o foi termo Pedagogia Cooperativa, no entanto a ideia pela qual perpassa o termo está presente na maioria dos trabalhos e é um tema interessante para estudos futuros visando um aprofundamento teórico-prático-metodológico na questão dos caminhos possíveis para a Educação Inclusiva.

### **Necessidade de laudo médico**

A questão da necessidade do laudo médico para a inclusão do aluno no Atendimento Educacional Especializado, nos Documentos da Escola, no Censo Escolar ainda é uma questão muito preocupante. Embora o próprio MEC tenha apresentado uma nota técnica<sup>8</sup> falando que a exigência da apresentação do laudo para a matrícula ou permanência do aluno nas Salas de Recursos seria ela (a exigência) própria uma forma de exclusão, ainda hoje surgem dúvidas quanto a isso.

### **Atendimento Educacional Especializado**

O atendimento educacional especializado se apresenta em todos os documentos lidos como a estratégia/ferramenta/auxílio mais importante para a integração ou a inclusão dos alunos com deficiência na Escola Regular.

---

<sup>8</sup> Nota Técnica nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE de 23 de janeiro de 2014 que trata da Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

## Teoria Crítica

Para entender a Teoria Crítica de Theodor Adorno é preciso situá-la historicamente.

Theodor Adorno nasceu (e viveu) em um mundo não globalizado. Atravessou duas guerras (1ª. Guerra mundial - 1914 a 1918 e 2ª. Guerra mundial – 1939 a 1945). Precisou fugir de seu país indo viver em outro continente como forma de salvar sua vida que estava em risco por sua origem (judia) e por suas ideias.

Theodor Adorno fundou a Escola de Frankfurt (ISF – sigla em alemão – Institut Zur Sozialforschungen / Instituto para Pesquisas Sociais / Instituto para a Pesquisa Social) em 1924 junto com outros intelectuais de orientação teórica marxista para rever entre outras coisas a própria teoria marxista.

Foram fundadores da Escola de Frankfurt: Felix Weil, Carl Grünberg, Leo Loewenthal, Walter Benjamin, Friedrich Pollock, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Heerbert Marcuse e Erich Fromm.

O Instituto tinha uma composição multidisciplinar: Filosofia, Sociologia, Artes, Psicologia.

O termo Teoria Crítica indica a corrente de pensamento produzida pelo grupo de intelectuais, pesquisadores, atuantes no Instituto para a Pesquisa Social de Frankfurt, na Alemanha, no final do primeiro quartel do século XX, como já explicitado. A Teoria Crítica é referida, também, como Escola de Frankfurt. (Vilela, 2006)

A Teoria Crítica forma um contraponto à teoria positivista pretensamente neutra já que a Teoria crítica pregava uma ciência contextualizada, não neutra, engajada na transformação do mundo.

A pista metodológica da Teoria Crítica na obra de Adorno está no ter que procurar tencionar o aparente e o real, objetivar a realidade, realizar o confronto dialeticamente objetivado entre o aquilo que algo promete ser (almeja/ parece ser) e o que é na realidade, está no tencionar entre a verdade e a inverdade, entre o que é o como não deveria ser. (VILELA, 2006, p. 21)

A Teoria crítica tem sua utilização nas pesquisas que fazem uma análise entre o que prega a Lei, o que propõem as políticas públicas e o que acontece no chão da escola uma vez que não é pretensamente neutra, que procura entender o que acontece na prática sem romantizar ou idealizar a práxis, mas sim analisando, relatando o cotidiano de forma

verdadeira visando através dessa denúncia da realidade fazer as transformações necessárias para um mundo melhor

Segundo Adorno e Horkheimer, a Teoria Tradicional, de fundamentação positivista, pretensamente neutra, fornecia uma análise descontextualizada e com pretensão de universalidade, reproduzindo uma imagem fetichista do mundo, tal como ele era numa categoria de aparentemente dado (*das ist*), assim o justificava e o reproduzia.. (VILELA, 2006, p. 13)

A teoria Crítica se adequa às pesquisas sobre educação inclusiva uma vez que a Educação Inclusiva é uma proposta de mudança da realidade, do pré-estabelecido, do Ensino Tradicional.

“A Teoria Crítica almeja a mudança da sociedade como um todo. O seu critério normativo para alcançar a mudança pretendida é a eliminação de tudo aquilo que está deformando o homem, de tudo aquilo que oprime e incapacita para se opor à injustiça. Nesse sentido, a crítica da sociedade é uma crítica auto reflexiva, crítica que tem que se basear no conhecimento real da realidade criticada, pois, para Adorno, a primeira empreitada da crítica é confrontar a realidade com as normas que a estruturam porque é da compreensão desta relação que se pode apreender a verdade sobre a realidade. É preciso deslindar como essas normas atuam sobre os sujeitos. Assim, a sociedade poderá ser avaliada na medida em que permitir desvendar como as relações sociais estabelecidas não possibilitam para os homens uma vida social digna e correta, e como pode ser de outra forma”. (VILELA, 2006, p. 20). ”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das tarefas mais difíceis durante a elaboração do Estado da Arte é ater-se ao pretendido inicialmente. O mundo virtual oferece tantos caminhos, um texto leva a outro, que leva a outro, que trata de um assunto ao mesmo tempo diferente e inerente ao pensado inicialmente. Para não fugir do pretendido a pesquisadora buscou seguir até o final o caminho tecido inicialmente e registrado e descrito nesse artigo em Métodos, no entanto como muitas alternativas que serão úteis futuramente se apresentaram foi feito um registro paralelo de outros artigos que devem ser lidos (pela importância dos autores ou pelo interesse da obra).

A Educação Inclusiva ainda tem um longo caminho a percorrer e todas as estratégias serão necessárias para que ela aconteça de forma real e efetiva. A Legislação precisa ser estudada, conhecida por professores, gestores, comunidade escolar e financiada de forma real pelos Governantes. As Políticas Públicas devem ser pensadas e aplicadas para contribuir com a Educação e não servir aos interesses do Capital. O debate

e a conscientização sobre direitos humanos deve ser uma constante nas Escolas, não apenas em momentos estanques, em festividades, mas no cotidiano escolar.

É necessário e urgente que o conceito de Escola para todos não seja apenas um Slogan, mas que faça parte do pensamento de todas as pessoas que de uma forma ou de outra lidam com Educação.

Precisamos contribuir para construir não apenas uma escola mais humana mais inclusiva, mas um outro mundo possível, com inclusão, mudança de paradigmas e respeito e valorização à diversidade humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DAMASCENO, Allan Rocha. **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. In: COSTA, V. A; CARVALHO, M. B. W. B.; MIRANDA, T. G. Formação de professores e educação inclusiva: Experiências na escola pública. Niterói: Intertexto, & CAPES, p. 31-52, 2011b.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, Aug.2002.

MAIA, Beatriz Branco. DIAS, Marian Ávila de Lima e. **Educação Inclusiva: o que Dizem os Documentos?** Universidade Federal de São Paulo, P.194-218, Olh@res, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 05-06. Maio, 2015.

MANTOAN, M. E. (s.d.). **Integração X Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. Campinas, São Paulo, Brasil. Acesso em 2018, disponível em [http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao\\_x\\_inclusao.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao_x_inclusao.htm).

MANTOAN, M.T.E. In: FERREIRA, M. E. C. & GUIMARÃES, M. (org.). **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MENEZES, I. M., & GONZÁLEZ, J. T. (2017). **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular: um olhar sobre a formação docente**. Revista Científica de Iniciación a la investigación, 2.

NUNES, F.L. S – **Palestra Revisões Sistemáticas** – 30 de setembro de 2015 – MAE-USP.

VILELA, P. D. (2006). **A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículos e práticas escolares**. Belo Horizonte, MG